



## CASO MARIELLE

Preso, ex-sargento da Polícia Militar é apontado como o autor dos disparos que mataram a ex-vereadora e o motorista dela. A delação é considerada peça chave para solucionar o caso

# Ronnie Lessa decide falar à PF

» JULIANA OLIVEIRA  
ESPECIAL PARA CORREIO  
» RENATO SOUZA

Reprodução/Renan Olaz/CMRJ



Ronnie é acusado de ser o autor dos disparos contra Marielle Franco e o motorista dela, Anderson Gomes, assassinados em 2018

Acordo de delação premiada do ex-policial Ronnie Lessa — acusado de participar da execução da ex-vereadora Marielle Franco (Psol-RJ) e do motorista da parlamentar, Anderson Gomes — para a Polícia Federal (PF) pode levar à solução das investigações do caso. Ontem, o colunista Lauro Jardim, do jornal *O Globo*, trouxe a informação de que Lessa optou pela colaboração com as autoridades.

Fontes ligadas à investigação, que falaram sob a condição de anonimato ao *Correio*, confirmaram a existência do acordo de delação. A reportagem também apurou que o órgão investigatório determinou internamente que as informações referentes ao crime sejam tratadas com o máximo de sigilo para não atrapalhar as apurações. Os termos da delação serão submetidos ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), e precisam ser homologados para terem validade legal.

Preso desde março de 2019, Ronnie Lessa é apontado como o principal suspeito da autoria dos assassinatos e é visto como peça essencial para desvendar as motivações dos assassinatos. Ele é conhecido como “exímio atirador”, o que poderia explicar a precisão dos tiros que mataram a vereadora e o motorista no Centro do Rio de Janeiro. A expectativa é de que ele diga quem foi o mandante dos assassinatos e quais foram as motivações para que o crime fosse concretizado.

### Inaceitável

O secretário executivo do Ministério da Justiça, Ricardo Cappelli, afirmou, ontem, que “o

inaceitável assassinato de Marielle e Anderson será esclarecido” e que “tudo indica que não demorará”. A fala veio pouco depois de o jornal *O Globo* divulgar a possível delação de Ronnie Lessa.

Para Cappelli, os últimos cinco anos foram marcados pela ausência de esforços para solucionar as execuções, que seguem com investigações em curso. “O que faltou durante os últimos anos foi vontade política”, criticou o secretário.

“Em pouco mais de um ano, com a ação técnica e determinada da Polícia Federal, sempre com todo apoio do Ministério da Justiça e Segurança Pública, o inaceitável assassinato

de Marielle e Anderson será esclarecido. E tudo indica que não demorará”, afirmou o secretário-executivo.

Desde que o Presidente Lula assumiu o governo federal, foram feitas sinalizações de que morte da vereadora não ficaria impune. Em dezembro, o então ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, garantiu que a resolução estava próxima. Em cerimônia com tom de despedida da pasta, rumo ao Supremo Tribunal Federal (STF) em fevereiro, Dino declarou: “As investigações avançaram, ao longo de um ano, e quero reiterar e cravar que não tenho dúvida que o caso Marielle, em



breve, será integralmente elucidado. É um caso fundamental, pelo simbolismo de defesa das mulheres, das mulheres na política, e, portanto, de defesa na política porque quem precisa de mulheres na política não são as mulheres, é a política, a democracia”.

### Relembra o caso

Marielle e Anderson foram mortos a tiros em 14 de março de 2018, no bairro do Estácio, localizado na região central da capital fluminense. A vereadora, que saía de um evento com mulheres negras, foi atingida com quatro disparos na cabeça. Anderson

Gomes, motorista do carro que a transportava pela cidade, foi alvejado por três projéteis nas costas e também morreu.

Segundo Elcio de Queiroz, que dirigia o carro com Ronnie Lessa e já fez delação à PF no ano passado, Lessa foi o autor dos disparos que mataram Marielle e Anderson.

Pelas redes sociais, a deputada Erika Hilton (Psol-SP) disse que o acordo de delação é a “peça que falta para solucionar o caso”. “Já são 5 anos e 10 meses que queremos justiça por Marielle e Anderson. Que a delação de seu executor leve a polícia aos mandantes do crime”, afirmou a parlamentar.

## ANO PASSADO

# 2,1 mil casos de intolerância religiosa

» CAROLINA BRAGA  
ESPECIAL PARA CORREIO

Fitinhas brancas foram amarradas no pé de pau brasil que fica dentro do Ilê Axé Oyá Bagan, símbolo de resistência e renascimento do terreiro de Mãe Baiana de Oyá. Em 2015, o barracão localizado no Núcleo Rural Córrego do Tamanduá, Paranoá-DF, foi incendiado. A árvore foi plantada na reinauguração da casa, que aconteceu 10 meses depois. Naquele ano, no intervalo de quatro meses, houve cinco incêndios em terreiros de Candomblé e Umbanda no DF. No último domingo a sombra da planta originária reuniu povos de terreiro, cristãos, budistas e representantes de outras religiões para participarem do 8º Encontro Inter-Religioso e Saúde Mental – Racismo Mata e Compromete a Saúde. O encontro fez parte da celebração do Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, ocorrido ontem.

De acordo com o balanço divulgado pela Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, no ano passado foram registrados 2.124 casos de violações de direitos humanos ligadas à intolerância religiosa no Brasil. Esse número é 80% maior do que o ano anterior, quando 1.184 violações foram registradas.

Esse crescimento deve-se à melhor divulgação dos canais de denúncias, como o Disque 100 – Disque Direitos Humanos. O mesmo documento também mostra que pessoas mais violadas pertencem às religiões de Umbanda e Candomblé, seguidas de outras religiosidades afro-brasileiras, e em menor quantidade, evangélicas e católicas.

“Não conheço nenhuma criança que nasceu racista, preconceituosa, intolerante. Então, é dentro do lar que a gente começa a educar para a cultura da paz. E nas escolas que temos que fazer ações de educação. E falar sobre intolerância religiosa não é só sobre as religiões de matriz africana. Todas as religiões passam por intolerância religiosa”, afirmou a coordenadora geral de Promoção da Liberdade Religiosa do Ministério de Direitos Humanos e Cidadania, Ilyá Gilda de Oxum, no encontro inter-religioso.

Esse crescimento de violações afeta a saúde mental das pessoas – que convivem com o medo de praticar suas religiosidades. O encontro teve parceria do Ministério da Igualdade Racial e apoio do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania.

Na ocasião, o Ministério da Igualdade Racial anunciou o lançamento do edital de fomento Mãe Gilda de Ogum, que vai selecionar projetos realizados por povos e comunidades tradicionais de matriz africana e de terreiro nos eixos de cultura, economia de axé e agroecologia.

Órgão Luiz Alves/Projeto Onibodé



Terreiro Ilê Axé Oyá Bagan localizado no Paranoá

## VACINA

# 750 mil doses contra a dengue

A primeira remessa da vacina contra a dengue que será oferecida pelo Sistema Único de Saúde (SUS) chegou ao Brasil neste sábado (20). O governo recebeu 720 mil doses do imunizante Qdenga, doadas pelo laboratório japonês Takeda Pharma. O Ministério da Saúde receberá ainda cerca de 600 mil doses gratuitas da fabricante, totalizando 1,32 milhão. Além disso, o governo recebeu 5,2 milhões de doses que serão gradualmente entregues até novembro.

As 6,52 milhões de doses representam a capacidade total disponível no laboratório para este ano. Diante da capacidade limitada de produção da vacina, pouco mais de 3,2 milhões de pessoas serão imunizadas em 2024, já que o esquema vacinal requer a aplicação de duas doses, com intervalo mínimo de 90 dias entre elas.

Neste ano, o público-alvo serão crianças e adolescentes de 10 a 14 anos. Essa faixa etária concentra o maior número de hospitalizações por dengue, depois de pessoas idosas, grupo para o qual a vacina não foi liberada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A previsão é

de que as primeiras doses sejam aplicadas em fevereiro.

Diante da limitada capacidade de produção do laboratório, o Ministério da Saúde acordou, em conjunto com os conselhos das secretarias de Saúde de estados e municípios, os critérios para a distribuição das doses pelos municípios. As vacinas serão destinadas a cidades de grande porte com alta transmissão nos últimos dez anos e população residente igual ou maior que 100 mil habitantes.

Nos próximos dias, o Ministério da Saúde detalhará a lista dos municípios e a estratégia de vacinação. Segundo a pasta, as doses recebidas neste sábado passarão pelo processo de liberação da Alfabeta e da Anvisa, em seguida serão enviadas para o Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde. Como o Ministério da Saúde pediu prioridade nessas etapas, o desembarco será concluído ao longo da próxima semana, informou a pasta.

### Pioneirismo

O Brasil é o primeiro país a oferecer a vacina contra a dengue no sistema público universal. O

Rogério Vidmantas/Prefeitura de Dourados



Primeiras doses da vacina devem ser aplicadas em crianças e adolescentes de 10 a 14 anos

Ministério da Saúde incorporou o imunizante contra a dengue em dezembro de 2023. A inclusão foi aprovada de forma célere pela Comissão Nacional de Incorporações de Tecnologias no SUS (Conitec).

Aprovada pela Anvisa em março do ano passado, a vacina japonesa está disponível em clínicas privadas desde julho. O imunizante pode ser aplicado em pessoas de 4 a 60 anos de idade para prevenir a doença, independentemente da exposição anterior ao

vírus e sem necessidade de teste pré-vacinação.

### Como funciona

Composto por quatro sorotipos distintos, o imunizante utiliza a tecnologia de vírus atenuado, em que a vacina traz o vírus da dengue modificado de forma a infectar, mas não causar a doença. No esquema de duas doses com intervalo de 90 dias, a vacina teve eficácia de 80,2%

contra dengue, com período de proteção de 12 meses após o recebimento da segunda aplicação.

Por ser feita com vírus enfraquecido, a vacina é contraindicada para gestantes, lactantes, pessoas com algum tipo de imunodeficiência ou sob algum tratamento imunossupressor. Por esse motivo, a Anvisa ainda não aprovou a aplicação em idosos, que poderiam desenvolver a doença por terem imunidade mais baixa.